

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2004**



**INDIVIDUAL E CONSOLIDADO**

# **RELATÓRIO E CONTAS**

## **2004**



CONDURIL – CONSTRUTORA DURIENSE, SA  
CAPITAL SOCIAL – 10 000 000 €  
SEDE: AV<sup>a</sup> ENG<sup>o</sup> DUARTE PACHEO, 1835 ERMESINDE – VALOGO  
SOCIEDADE ABERTA – PESSOA COLECTIVA N<sup>o</sup> 500 070 210  
REG. NA C.R.C. DO PORTO SOB O N<sup>o</sup> 18673  
ALVARÁ N<sup>o</sup> 568



## SUMÁRIO

ÓRGÃOS SOCIAIS  
CONTAS INDIVIDUAIS  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANEXOS  
BALANÇO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO  
CONTAS CONSOLIDADAS  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
BALANÇO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

Carlos António Soares de Noronha Dias (PRESIDENTE)  
Francisco Leal Azevedo  
Álvaro Duarte Neves Vaz

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (PRESIDENTE)  
Ademar Américo Soares Paiva  
António Baraças Andrade Miragaia  
Carlos da Silva Teixeira Mourão  
Carmo Coelho Moreira Pereira  
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins  
Ricardo Manuel de Araújo Catarino

### FISCAL ÚNICO

Crisóstomo Aquino de Barros (ROC)



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativas ao ano de 2004.

1.

A realidade macroeconómica continuou dominada pela pressão do défice das contas públicas, derivada do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, com as sucessivas mudanças de governo, tornou-se objecto de análises desencontradas que vão suscitando perturbantes oscilações na estratégia de desenvolvimento do País, nomeadamente pelo que respeita aos investimentos estruturais indispensáveis ao objectivo de integração plena na comunidade europeia, o mesmo acontecendo quanto à escolha dos processos de financiamento e de cobertura dos custos. Acresce que a reforma da administração pública, por todos considerada inadiável, vai sendo sucessivamente protelada, prejudicando as empresas em geral, e mais ainda aquelas que trabalham directamente para o Estado, seja pelos obstáculos directos à racionalidade das suas planificações estratégicas, seja pelos chamados custos de contexto.

Não surpreende, assim, que o mercado das obras públicas tenha reflectido os efeitos da crise dos dois anos precedentes, com quebra do valor de produção global à volta de 6%, com a dispersão agravada pela concentração de algumas grandes obras em um número reduzido de empresas. A concorrência extremou-se, com aumento contínuo do número de empresas participantes nos concursos e inexorável degradação dos preços, bem traduzida pelo agravamento do desvio da relação preço base/valor de adjudicação que atingiu o valor negativo de -7%. Pelo que respeita a pagamentos, continuam a verificar-se atrasos intoleráveis por parte dos órgãos centrais e autárquicos, algumas vezes a ultrapassarem os doze meses, verdadeiramente inadequados à clareza e verdade das contas públicas e dificultando o equilíbrio financeiro das empresas, com acréscimo de custos desnecessários.

Apreendendo o sentido e os efeitos da globalização, justificaram-se os esforços de internacionalização crescente, por parte de um número significativo de empresas portuguesas, evidenciando reais competências técnicas e de gestão do sector que ficaram bem demonstradas, e internacionalmente visíveis, no investimento associado ao Euro 2004.

2.

Na Conduril, o ano de 2004 foi particularmente animado em várias frentes: na actividade industrial em Portugal, intensificámos a participação nos concursos em todos os campos da engenharia civil, com resultados próximos do objectivo que havia sido determinado pelo não alinhamento pela prática dominante de preços suicidas; no estrangeiro, a nossa actividade sofreu um incremento muito forte, tanto a nível quantitativo, nos volumes de obra ganha e de trabalho produzido, como a nível da engenharia técnica

aplicada; a formação profissional foi alargada a todos os domínios da empresa e atingiu volumes sem precedentes; no domínio das demonstrações financeiras, avançámos na aplicação das normas internacionais de relato financeiro; ultimámos as novas instalações de Água Longa, para onde transitarão algumas direcções já em 2005, com substancial melhoria das condições de trabalho.

Ainda em 2004, e em resultado da profunda reflexão estratégica desenvolvida em múltiplas acções envolvendo a Administração e os quadros superiores, com aconselhamento externo, fixámos um conjunto de regras de gestão para resposta às vulnerabilidades próprias a uma empresa em crescimento, designadamente as que reportam ao aumento do número de estabelecimentos com produção significativa e situação geográfica longe da casa mãe e em países de risco, e também à inexorável transição natural de gerações.

Não obstante as acrescidas dificuldades que o mercado vem apresentando, sobretudo para quem, como nós, alia ao valor básico da justa remuneração dos seus accionistas, no mesmo pé de igualdade, o da satisfação dos colaboradores, assumindo a “responsabilidade social” endogenamente, isto é, a favor daqueles que dia a dia fazem a empresa, registámos crescimentos razoáveis do volume de negócios e dos resultados obtidos, relativamente ao ano de 2003.

3.

Na busca de trabalho, intensificámos a participação nos concursos, alargada a mais mercados internacionais e estendida a todos os ramos da engenharia civil: obras marítimas, barragens, estradas, construção civil, pontes, etas, etares e saneamento. Em todas estas áreas temos obras em curso de valia técnica e económica significativa.

A produção efectiva do ano foi de 59 milhões de euros, valor que, embora excedendo em 25% o do ano anterior, ficou um pouco aquém do valor estimado, por força de atrasos em algumas adjudicações e também pela continuada desvalorização do dólar.

O esmagamento dos preços continua a exigir-nos acrescidas preocupações de ganhos de produtividade, sempre no respeito pelo cumprimento rigoroso dos prazos de construção e pelos procedimentos impostos pelo Sistema da Qualidade, Segurança e Ambiente, com monitorização permanente da satisfação dos nossos clientes. Lamentamos que o preço continue a ser quase o único factor decisivo nos concursos.

4.

O volume de vendas no mercado externo, de 23.5 milhões de euros, duplicou relativamente ao ano anterior e representa cerca de 40% do volume total, com francas perspectivas de crescimento, potencializado, designadamente, pela dotação de mais e melhores meios humanos e técnicos das nossas sucursais em África. Em Marrocos, razões burocráticas atrasaram a obra “Rocade – Mediterrannenne ELJEBHA/AJDIR – Lot2” no valor de 24 milhões de euros que estamos a realizar em consórcio, situação já regularizada.

Em Angola, a CONDURIL – Engenharia (Angola), Lda. apresentou resultados líquidos satisfatórios de 321 640 euros e, em Moçambique, a ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. atingiu 178 073 euros, sem desvios significativos, em ambos casos, dos planos e orçamentos estabelecidos. Na Mabalane – Inertes, Lda. não puderam, no exercício, ser resolvidos alguns constrangimentos impeditivos da normalização da produção, situação que foi completamente ultrapassada já no decurso de 2005.

5.

No exercício procederam-se a reavaliações livres do activo imobilizado que, no balanço final, se repercutem pelo aumento do imobilizado líquido no montante de 2 765 575 de euros, dos quais 746 705 foram contabilizados em Passivo por Impostos Diferidos.

Os resultados operacionais foram de 4 202 889 euros, representando o crescimento de 115% relativamente ao ano anterior, apesar de as amortizações terem atingido o elevado valor de 2 261 477 euros, contra 1 217 817 euros no exercício precedente, e também da utilização do critério do reconhecimento dos proveitos das obras em curso pelo método da percentagem de acabamento que teve o efeito negativo de 620 mil euros. O cash flow operacional gerado (EBITDA) ultrapassou 7 milhões de euros, valor duplo do verificado em 2003. Os resultados financeiros, ainda desfavoráveis, evidenciam a melhoria que também neste domínio se tem verificado nos últimos anos. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 1 813 988 euros, valor triplo do ocorrido em 2003.

A situação económico-financeira, traduzida pelos índices mais utilizados na indústria, apresenta os seguintes valores: liquidez geral = 131, autonomia financeira = 29 e cobertura do imobilizado = 145.

6.

A valorização pessoal e profissional dos nossos colaboradores continuou a motivar-nos, seja enquanto valor autónomo de bem estar, seja enquanto força fundamental do progresso da empresa. Por isso, no domínio da formação em várias valências profissionais, foram efectuadas 36 acções externas, envolvendo 129 formandos no total de 2416 horas e 13 acções internas para 92 pessoas, no total de 130 horas. Efectuámos, também, 40 acções de sensibilização no âmbito da segurança, para pessoal em obra, incluindo de subempregados. Estamos a implementar um “sistema de segurança, saúde e higiene no trabalho” de acordo com as normas OHSAS 18011. Para 2005, e em consequência de um diagnóstico geral de necessidades, preparámos um grande plano de formação, já em execução, integrando 25 cursos (40 acções) para 405 formandos durante 625 horas, abrangendo diversas áreas técnicas, de legislação em vários domínios, de informática, de sensibilização para a qualidade e para o ambiente, de orçamentação e de gestão e de relacionamento interpessoal.

O nosso Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001 2000 bem como a acreditação do nosso Laboratório Central, pelo Instituto Português da Qualidade, foram sujeitos a auditorias externas, com resultados favoráveis.

Os custos com o pessoal, de 11.05 milhões de euros, incluem a contribuição de 380.7 milhares de euros para o Fundo de Pensões Conduril, mais 60% do que no ano anterior. O Fundo que, em fins de 2004, atingia o valor de 2.8 milhões de euros, evidenciou algum decréscimo da rentabilidade anual, fruto das contingências dos mercados de valores mobiliários.

7.

As 200 000 acções próprias que mantemos em carteira não foram objecto de qualquer transacção em 2004.

A política de gestão do risco de câmbio assenta essencialmente em reuniões periódicas do Conselho de Administração, no sentido de acompanhar a evolução dos câmbios associados aos investimentos no estrangeiro.

8.

A carteira de encomendas, dispersa por todas as áreas da engenharia civil, ultrapassa 140 milhões de euros e, perante as boas perspectivas de novas adjudicações a curto prazo, estimamos que a produção efectiva de 2005 ronde 100 milhões de euros, com crescimento acentuado do peso relativo da componente externa.

9.

Ainda na fase de elaboração deste relatório, a Euronext procedeu à extinção do Segundo Mercado, passando a nossa Empresa para o Mercado Sem Cotações, a partir do dia 4 de Abril de 2005, conforme anúncio que publicou em 21 de Março no Boletim de Cotações. Em 22 de Março publicitámos o referido facto relevante, na extranet da CMVM.

10.

A política de dividendos há muito posta em prática – remunerar bem o capital investido pelos accionistas, com salvaguarda das condições de progresso contínuo da empresa – pôde traduzir-se, a partir da década de 90, na quadruplicação do capital social, exclusivamente com recursos gerados internamente, e com a remuneração dos accionistas a uma taxa média anual de 12.8%.

Em conformidade, propomos que o resultado líquido de 1 813 988 euros tenha a aplicação seguinte:

- a. 360 000 € - para dividendos, a que correspondem 0.2 € por acção;
- b. 91 000 € - para reforço da reserva legal;
- c. 737 817 € - para reservas livres;
- d. 625 171 € - para lucros não distribuídos.



11.

Aos nossos Clientes são devidos o agradecimento e a certeza de que haveremos de continuar a garantir a sua satisfação.

Às congéneres com quem trabalhamos, aos bancos e aos fornecedores deixamos nota da boa colaboração proporcionada.

Ao Fiscal Único e aos Auditores Externos agradecemos a sua participação empenhada. Aos nossos trabalhadores fica o registo de mais um ano de bom e dedicado trabalho.

Ermesinde, 11 de Abril de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



### 3. Demonstração dos fluxos de caixa

unid. EUR

	2004		2003	
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Recebido de clientes	49 175 006		42 531 873	
Pago a fornecedores	-40 401 363		-30 388 682	
Pagamentos ao pessoal	-10 299 038		-10 329 715	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	-1 525 395		1 813 476	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-1 396 284		-516 921	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	-3 596 007		1 477 877	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	-6 517 686		2 774 432	
Rec. relacionados c/ rubricas extraordinárias	80 288			
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-54 058		-155 887	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>-6 491 456</b>		<b>2 618 545</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Investimentos financeiros	7 644 477		7 644 476	
Imobilizações corpóreas	41 029		73 657	
Juros e proveitos similares		7 685 506		7 718 133
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Investimentos financeiros			-101 320	
Imobilizações corpóreas	-623 981		-1 561 466	
Imobilizações incorpóreas		-623 981	0	-1 662 786
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>7 061 525</b>		<b>6 055 347</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Empréstimos obtidos	11 416 822		2 314 541	
Juros e custos similares	11 107	11 427 929	955 221	3 269 762
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Empréstimos obtidos	-8 123 573		-8 440 565	
Dividendos	-198 000		-198 000	
Juros e custos similares	-1 142 389	-9 463 962	-1 689 445	-10 328 010
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>1 963 967</b>		<b>-7 058 248</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>2 534 036</b>		<b>1 615 644</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2 720 563</b>		<b>1 104 919</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>5 254 599</b>		<b>2 720 563</b>

#### ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

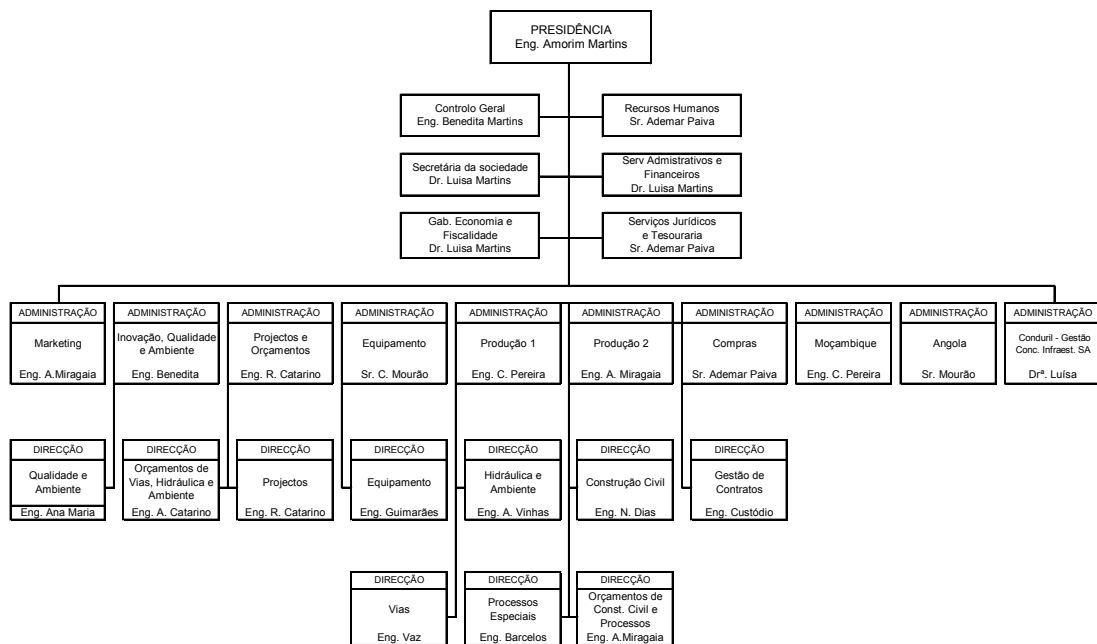
	2004	2003
Numerário	22 929	92 459
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5 231 670	2 628 104
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>5 254 599</b>	<b>2 720 563</b>

Nota: Relativamente aos números 1, 3, 4, e 5 nada há a referir

## RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA CONDURIL, S.A.

### Capítulo I – Divulgação de informação

1. A repartição de competências, no quadro do processo de decisão empresarial, está representada no organigrama seguinte:



2. As comissões e órgãos específicos criados na sociedade, definidas no ponto 2. do Capítulo IV – Órgão de Administração, são:

Conselho Estratégico  
Comissão de Análise dos Contratos  
Controlo Geral

A indicação de independência dos administradores, considerada nos termos do n.º 2 do art. 1.º do Regulamento da CMVM n.º 07/2001, é referida no ponto 1. do Capítulo IV – Órgão de Administração.

3. O nosso sistema de controlo de riscos assenta em três subsistemas:

- riscos de actividade, incluindo ambientais: desenvolvido sistematicamente segundo a NP EN ISO 2001, certificado anualmente pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação;
- riscos de câmbio: assente essencialmente em reuniões periódicas do Conselho de Administração, no sentido do acompanhamento da evolução dos câmbios associados aos investimentos no estrangeiro;
- riscos financeiros: desenvolvido por auditorias internas e controlo de execução dos planos anual e estratégico e por controlo orçamental das obras e dos serviços; e externamente por:

ROC – Dr. Crisóstomo Aquino de Barros – Certificador legal das contas  
Auditor da CMVM – Bernardes Sismeiro & Associados, SROC

4. O movimento bolsista foi muito reduzido em 2004, tendo sido de 4.5 euros a última cotação efectuada.  
Os dividendos líquidos correspondentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2003 foram de 0.136, 0.088 e 0.11 euros, tendo sido pagos em 29.04.2002, 30.04.2003 e 30.04.2004, respectivamente.
5. A política de dividendos tem por objectivo fundamental a boa remuneração do capital investido pelos accionistas, numa repartição de resultados adequada à continuidade do progresso da empresa.
6. Não existem planos de atribuição de acções e ou de opções de aquisição de acções.
7. Entre a sociedade e qualquer dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, não há negócios significativos para qualquer das partes, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.
8. No Gabinete de Economia e Fiscalidade, está centralizado o tratamento de todas as questões formuladas pelos investidores, bem como dos esclarecimentos que forem necessários, sob a responsabilidade da Representante para as Relações com o Mercado, Dr<sup>a</sup>. Maria Luísa Andrade de Amorim Martins, acessível em [luisa@conduril.pt](mailto:luisa@conduril.pt).  
No *site* da sociedade, [WWW.conduril.pt](http://WWW.conduril.pt) está disponível, nomeadamente, informação aos investidores: documentos de prestação de contas, convocatórias, eventos societários.
9. A Comissão de Vencimentos é constituída por três membros eleitos trienalmente em assembleia geral para atribuição das remunerações dos órgãos sociais. Actualmente é composta pelos administradores:  
Eng<sup>o</sup>. António Luís Amorim Martins  
Sr. Carlos da Silva Teixeira Mourão  
Eng<sup>o</sup>. Carmo Coelho Moreira Pereira
10. Pagamentos em 2004 de auditoria e revisão de contas:  
ao R.O.C. Dr. Crisóstomo Aquino de Barros – 13 942.60 euros.  
ao auditor Bernardes Sismeiro & Associados, SROC – 9 720 euros.

## Capítulo II – Exercício do direito de voto e representação dos accionistas

A cada 100 acções corresponde um voto e podem participar nas assembleias os accionistas que mostrem ter, até 10 dias antes da data da assembleia, acções que confirmam esse direito, podendo fazer-se representar, mediante carta dirigida ao presidente da assembleia geral.

O direito de voto pode ser exercido por correspondência desde que recebido na antevéspera do dia da assembleia, dirigido ao seu presidente, em sobrescrito fechado, para garantia da confidencialidade do voto. Não há a possibilidade do exercício do direito de voto por meios electrónicos.

## Capítulo III – Regras societárias

1. Existe um regulamento indicativo definindo competências e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, e um conjunto de normas avulsas estabelecidas pelo Conselho de Administração para fins específicos.
2. O controlo do risco na actividade da sociedade, assumido como área específica da gestão, é desenvolvido pelos órgãos: Controlo Geral e Comissão de Análise dos Contratos, referenciados no ponto 2. do Cap. IV – Órgão de Administração.
3. Não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas relativamente ao êxito de ofertas públicas de aquisição. Não há limitações ao direito de voto, nem restrições à transmissibilidade de acções, como não há direitos especiais de qualquer accionista. Não são conhecidos acordos parassociais.

#### Capítulo IV – Órgão de Administração

1. A administração da sociedade é exercida pelo Conselho de Administração constituído por um presidente eleito em assembleia geral e por seis administradores executivos:

Eng<sup>o</sup>. António Luís Amorim Martins - presidente  
Ademar Américo Soares Paiva  
Eng<sup>o</sup>. António Baraças Andrade Miragaia  
Carlos da Silva Teixeira Mourão  
Eng<sup>o</sup>. Carmo Coelho Moreira Pereira  
Eng<sup>a</sup>. Maria Benedita Andrade de Amorim Martins  
Eng<sup>o</sup>. Ricardo Manuel de Araújo Catarino

não sendo considerados como administradores independentes:

Eng<sup>o</sup>. António Luís Amorim Martins, por detenção da participação de 25.59%; e  
Eng<sup>a</sup>. Maria Benedita Andrade de Amorim Martins, por razões de parentesco

Cargos desempenhados nas sociedades do grupo:

Carlos da Silva Teixeira Mourão, gerente de Conduril – Engenharia (Angola), Lda.  
Eng<sup>o</sup>. Carmo Coelho Moreira Pereira, gerente da ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.

2. Para actuação em áreas específicas da gestão, existem os órgãos seguintes:

##### Comissão de Análise dos Contratos

composição: todos os administradores envolvidos nos contratos de empreitadas que a empresa subscreve.

atribuições: verificar se os requisitos dos contratos de empreitada estão adequadamente definidos, documentados e conformes às propostas apresentadas, e se estão salvaguardadas as capacidades da sociedade necessárias à sua satisfação.

##### Controlo geral

composição: Eng<sup>a</sup>. Maria Benedita Andrade de Amorim Martins, administradora.

atribuições:

- a. controlo do cumprimento dos requisitos legais, incluindo os ambientais, e dos requisitos dos clientes e dos processos de trabalho estabelecidos, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade - NP EN ISO 9001, certificado pela APCER ;
  - b. auditoria financeira interna, incluindo tesouraria, contabilidade e fiscalidade.
  - c. controlo orçamental: das obras, dos serviços e geral da empresa;
  - d. avaliação da estrutura e governo societário.
3. Não existe comissão executiva. O Conselho de Administração reúne, em regra, duas vezes por mês, com convocatória que inclui a agenda coordenada pelo seu presidente.
  4. A política de remuneração assenta no objectivo central de remunerar o nível de desempenho, de forma equilibrada e estimulante, com atenção aos interesses da sociedade e à envolvente externa.
  5. A remuneração dos administradores, constituída exclusivamente por parte fixa, atingiu o montante global de 667 881 euros.



## CONTAS INDIVIDUAIS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

ACTIVO	2004			unid. EUR
	AB	AP	AL	2003
				AL
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Propriedade industrial e outros direitos				21 049
				<u>21 049</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	6 760 681	98 798	6 661 883	6 482 226
Edifícios e outras construções	14 159 942	6 959 680	7 200 262	4 302 868
Equipamento básico	23 216 151	20 250 768	2 965 383	1 072 967
Equipamento de transporte	4 669 697	3 896 571	773 126	556 007
Ferramentas e utensílios	69 959	12 595	57 364	
Equipamento administrativo	720 236	563 761	156 475	138 247
Imobilizações em curso	600 196		600 196	1 385 075
	<u>50 196 861</u>	<u>31 782 172</u>	<u>18 414 689</u>	<u>13 937 390</u>
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital em empresas do grupo	3 182 744		3 182 744	2 437 373
Empréstimos a empresas do grupo	35 233		35 233	37 420
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274		327 274	327 274
	<u>3 545 251</u>		<u>3 545 251</u>	<u>2 802 066</u>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Existências</b>				
Matérias primas subs. e consumo	1 845 072	33 420	1 811 652	1 530 190
Produtos e trabalhos em curso	1 426 760		1 426 760	4 528 523
Produtos acabados e intermédios	634 304		634 304	
	<u>3 906 136</u>	<u>33 420</u>	<u>3 872 716</u>	<u>6 058 713</u>
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo</b>				
Clientes c/c	36 895 213		36 895 213	29 920 756
Clientes c/ retenção de garantias	2 611 226		2 611 226	1 972 199
Clientes duvidosos	550 176	550 176		
Adiantamentos a Fornecedores	688 972		688 972	
Estado e outros entes públicos	223 253		223 253	27 953
Outros devedores	3 341 275		3 341 275	8 860 727
	<u>44 310 115</u>	<u>550 176</u>	<u>43 759 939</u>	<u>40 781 635</u>
<b>Títulos negociáveis</b>				
Outros títulos negociáveis	1 008 358	89 255	919 103	
	<u>1 008 358</u>	<u>89 255</u>	<u>919 103</u>	
<b>Depósitos bancários e caixa</b>				
Depósitos bancários	5 231 670		5 231 670	2 628 104
Caixa	22 929		22 929	92 459
	<u>5 254 599</u>		<u>5 254 599</u>	<u>2 720 563</u>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos de proveitos	6 095 429		6 095 429	1 215 739
Custos diferidos	371 551		371 551	140 695
Activos por impostos diferidos	1 254 252		1 254 252	
	<u>7 721 232</u>		<u>7 721 232</u>	<u>1 356 434</u>
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		<u>31 782 172</u>		
TOTAL DE PROVISÕES		<u>672 850</u>		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u>115 942 551</u>	<u>32 455 022</u>	<u>83 487 529</u>	<u>67 677 849</u>

## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

unid. EUR

### CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004	2003
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
<b>Capital</b>	10 000 000	10 000 000
<b>Acções Próprias</b>		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Descontos e prémios	50 000	50 000
Ajustamento de partes de capital em empresas do grupo	-15 109	-296 457
<b>Reservas de reavaliação</b>	6 681 377	6 481 805
<b>Reservas</b>		
Reservas legais	815 856	785 856
Outras reservas	3 914 415	3 545 083
Resultados transitados	1 884 207	2 632 085
	<u>22 330 746</u>	<u>22 198 371</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	1 813 988	597 333
<b>Total do capital próprio</b>	<u>24 144 734</u>	<u>22 795 704</u>
<b>Provisões para riscos e encargos</b>		
Outras provisões para riscos e encargos	1 028 503	
	<u>1 028 503</u>	
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	1 125 000	3 375 000
Outros empréstimos obtidos	5 000 000	
Fornecedores de Imobilizado c/c	1 543 865	
	<u>7 668 865</u>	<u>3 375 000</u>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	12 192 962	14 035 538
Fornecedores c/c	13 754 220	16 209 560
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	1 048 036	343 600
Fornecedores - títulos a pagar	711 287	2 221 859
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		2 083
Adiantamentos de clientes	3 608 142	
Outros empréstimos obtidos	5 476 107	3 500 000
Fornecedores de imobilizado c/c	872 474	667 834
Estado e outros entes públicos	4 631 329	1 468 287
Outros credores	1 400 258	344 405
	<u>43 694 816</u>	<u>38 793 164</u>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	1 053 573	1 098 386
Proveitos diferidos	3 671 591	1 615 594
Passivos por impostos diferidos	2 225 449	
	<u>6 950 612</u>	<u>2 713 981</u>
<b>Total do passivo</b>	59 342 796	44 882 145
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<u>83 487 529</u>	<u>67 677 849</u>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2 004		2003	
	unid. EUR			
<b><u>CUSTOS E PERDAS</u></b>				
Custo das merc. vendidas e das mat.cons.				
Matérias	11 160 713	11 160 713	8 431 984	8 431 984
Fornecimentos e serviços externos		28 066 805		24 401 584
Custos com o pessoal				
Remunerações	8 479 645		7 825 293	
Encargos sociais				
Pensões	230 772		232 365	
Outros	2 342 593	11 053 010	2 272 058	10 329 715
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 261 477		1 217 817	
Provisões	556 772	2 818 250	222 967	1 440 784
Impostos	938 404		478 204	
Outros custos operacionais	874 136	1 812 539	1 582 081	2 060 286
(A)		54 911 316		46 664 353
Perdas em empresas do grupo e associadas	19 122			
Amortiz. e provisões de aplic e inv. financeiros	91 670			
Juros e custos similares				
Outros	2 051 775	2 162 567	1 512 016	1 512 016
(C)		57 073 883		48 176 369
Custos e perdas extraordinários		205 600		119 596
(E)		57 279 483		48 295 964
Imposto s/ rendimento do exercício		1 786 629		516 921
(G)		59 066 111		48 812 885
Resultado líquido do exercício		1 813 988		597 333
		60 880 099		49 410 217
<b><u>PROVEITOS E GANHOS</u></b>				
Prestações de serviços	57 461 599	57 461 599	44 563 009	44 563 009
Variação da produção		-2 384 949		324 652
Trabalhos para a própria empresa		2 001 805		490 594
Proveitos suplementares	913 285		448 533	
Outros proveitos operacionais	1 122 464	2 035 749	2 786 997	3 235 530
(B)		59 114 204		48 613 785
Ganhos em empresas do grupo e associadas	625 171		47 427	
Outros juros e proveitos similares				
Outros	878 874	1 504 045	631 837	679 263
(D)		60 618 249		49 293 048
Proveitos e ganhos extraordinários		261 850		117 170
(F)		60 880 099		49 410 217
Resultados operacionais	(B) - (A)	4 202 888		1 949 431
Resultados financeiros	(D - B) - (C-A)	- 658 522		- 832 752
Resultados correntes	(D) -(C)	3 544 366		1 116 679
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	3 600 616		1 114 253
Resultado líquido do exercício	(F) - (G)	1 813 988		597 333

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS por funções

unidade Euro

	Exercício	
	2 004	2 003
Vendas e prestações de serviços	57 461 599	44 563 009
Custo das vendas e das prestações de serviços	51 354 239	41 932 363
<b>Resultados brutos</b>	<b>6 107 360</b>	<b>2 630 646</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	947 835	4 396 715
Custos de distribuição		
Custos administrativos	1 900 304	2 996 356
Outros custos e perdas operacionais	1 444 084	2 567 536
<b>Resultados operacionais</b>	<b>3 710 807</b>	<b>1 463 469</b>
Custo líquido de financiamento	849 720	1 115 690
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	606 049	8 672
Ganhos (perdas) em outros investimentos	83 680	757 802
Resultados não usuais ou não frequentes	49 800	117 169
<b>Resultados correntes</b>	<b>3 600 616</b>	<b>1 114 253</b>
Impostos sobre os resultados correntes	1 786 629	516 920
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>1 813 988</b>	<b>597 333</b>
Resultados extraordinários		
Impostos sobre os resultados extraordinários		
<b>Resultados líquidos</b>	<b>1 813 988</b>	<b>597 333</b>
<b>Resultados por acção</b>	<b>1.01</b>	<b>0.33</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Conduril – Construtora Duriense, S.A. é uma sociedade anónima, com sede em Ermesinde, constituída em 14 de Fevereiro de 1959 e que tem como actividade principal o desenvolvimento de empreitadas públicas ou particulares e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa actividade.

A Empresa irá preparar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

#### 1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Não foram derogadas quaisquer disposições do POC.

#### 2. ALTERAÇÃO DO CONTEÚDO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todas as contas são comparáveis com o ano anterior, com as excepções seguintes:

2.1 Nos exercícios anteriores, a Empresa optou pelo regime transitório previsto na Directriz Contabilística nº 28, relativamente a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da mesma, sendo apenas divulgado o seu montante no Anexo às demonstrações financeiras. No entanto, dado que a Empresa deverá aplicar os IAS/IFRS nas suas contas consolidadas já a partir de 2005 (com comparativos a 2004), optou por reflectir os impostos diferidos activos e passivos nas demonstrações financeiras de 2004, apresentadas de acordo com o POC.

##### a) Impostos diferidos passivos decorrentes da reavaliação

Foram registados no exercício de 2004 os passivos por impostos diferidos resultantes das reavaliações passadas dos terrenos e edifícios, assim como da reavaliação efectuada em 2004.

O impacto gerado pelo registo desses passivos por impostos diferidos foi a 1 de Janeiro de 2004 de: débito de 1 719 055 euros em Reservas de Reavaliação por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos – passivos por impostos diferidos (reavaliações anteriores a 1 de Janeiro de 2004) e débito de 746 705 euros em Reservas de Reavaliação por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos – passivos por impostos diferidos.

O impacto no resultado do exercício foi de 240 311 euros, sendo o saldo final da rubrica de Acréscimos e Diferimentos de 2 225 429 euros.

##### 2.2 Reconhecimento de Proveitos e Custos nos contratos plurianuais

Nos exercícios anteriores, o reconhecimento do proveito era efectuado pelo grau de facturação ou pelo grau de acabamento, dos dois o mais baixo, de acordo com a circular 5/90, da DGCI. A partir deste exercício, o proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente (Nota 3).

O efeito em 2004 desta alteração gerou uma diminuição do resultado líquido em cerca de 620 146 euros.

##### 2.3 Efeitos da Directriz Contabilística nº 19

A empresa aplicou pela primeira vez o preconizado pela Directriz Contabilística nº 19, tendo registado em Resultados Transitados e Provisões para Outros Riscos e Encargos o montante relativo às responsabilidades por serviços passados não integralmente cobertas à data de 1 de Janeiro de 2004, no valor de 1 169 822 euros.

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, foram ainda registados em Resultados Transitados e Impostos Diferidos Activos, os impostos diferidos activos relativamente à responsabilidade não coberta no valor de 321 701 euros.

O impacto do registo dos custos correntes no exercício de 2004 consubstanciou-se num acréscimo do resultado em cerca de 153 842 euros. O total da responsabilidade não coberta a 31 de Dezembro de 2004 e registada na rubrica de Provisões para Outros Riscos e Encargos ascende a 1 015 980 euros.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Pelo facto da Empresa utilizar nas suas demonstrações financeiras individuais o método de equivalência patrimonial, foram ainda usadas para a sua preparação as demonstrações financeiras das empresas do grupo e associadas, influenciando assim o valor inscrito nas rubricas de Investimentos financeiros no Activo, Ganhos e Perdas de rendimentos de capital em empresas do grupo e associadas evidenciadas nas Demonstrações dos resultados e Ajustamentos de partes de capital, relevados no Capital próprio.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Imobilizações corpóreas

Os terrenos e edifícios pertencentes da Empresa estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores, tendo durante o exercício de 2004 sido efectuada nova reavaliação dos terrenos e edifícios. O aumento ou diminuição para o valor actual, quando materialmente relevante, é registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Todas as restantes imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na Nota 12 (ver também Nota 13).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, e correspondem às taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar nº. 2/90, de 12 de Janeiro.

#### b) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

#### c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Anualmente as participações financeiras em empresas do Grupo são registadas à taxa de câmbio vigente na data de balanço, por contrapartida da conta Ajustamentos em partes de capital.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo, ao valor nominal convertido à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

d) Existências

Matérias primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Produtos em curso e produtos acabados

O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente. Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, os custos incorridos ficam registados em Existências – Produtos e trabalhos em curso. Nesses casos, os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Nos exercícios anteriores, o reconhecimento do proveito era efectuado pelo grau de facturação ou pelo grau de acabamento, dos dois o mais baixo (circular da DGCI 5/90).

Os efeitos da aplicação da DC3 foram: em acréscimos de proveitos (4 601 532), em proveitos diferidos (903 617) e em existências (4 318 060)

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

f) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

g) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira: 1 € = 0,732708 USD.

6. IMPOSTOS

A Empresa deixou de aplicar o regime transitório e optou por reconhecer no exercício os ajustamentos referentes a saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento (Nota 2).

Deste modo, independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da Empresa. O valor registado na estimativa para imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados está influenciado neste exercício pela criação e regularização de impostos diferidos constituídos neste e em exercícios anteriores, respectivamente. Por sua vez, os impostos diferidos em saldo no activo irão influenciar os exercícios seguintes pela sua regularização.

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor de impostos diferidos pode ser assim decomposto:

Impostos Diferidos Activos:

Fundo de Pensões (a)	279 395
Crédito imposto (b)	799 778
Provisões não aceites fiscalmente (c)	175 079
	<u>1.254 252</u>

(a) Estes impostos diferidos activos referem aos impostos registados relativamente à responsabilidade não coberta a 31 de Dezembro de 2004;

(b) Crédito de imposto a deduzir nos próximos exercícios com apuramento de colecta;

(c) O apuramento deste imposto diferido relativamente às provisões surge dado que a empresa não contará com estas provisões para efeitos fiscais neste exercício mas apenas nos próximos, quando os custos ou despesas efectivas forem evidenciados nas contas da sucursal angolana.

Impostos Diferidos Passivos: referem-se aos efeitos nas amortizações futuras não aceites fiscalmente e decorrentes da reavaliação legal e das diversas reavaliações livres, conforme Nota 2.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal da Empresa durante o exercício de 2004 foi de:

Sede – 426

Sucursal de Angola – 75

Delegação de Moçambique – 101

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2004 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

**ACTIVO BRUTO**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavali- ações	Aumentos	Transfe- rências	Diminui- ções	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>						
Despesas de instalação						
Prop.industrial e outros direitos	21 049				21 049	
	21 049				21 049	
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
Terrenos e recursos naturais	6 532 183	228 498				6 760 681
Edifícios e outras construções	6 979 051	5 611 945	370 435	1 198 511		14 159 942
Equipamento básico	23 397 127	92 138	3 322 009		3 595 123	23 216 151
Equipamento de transporte	5 400 058	49 091	863 411		1 642 863	4 669 697
Ferramentas e utensílios	642		69 441		124	69 959
Equipamento administrativo	663 391		74 562		17 717	720 236
Imobilizações em curso	1 385 075		413 632	-1 198 511		600 196
	44 357 527	5 981 672	5 113 490	0	5 255 827	50 196 862
<b>Investimentos Financeiros</b>						
Partes capital em empresas grupo	2 437 372		750 954		5 582	3 182 744
Empréstimos a empresas grupo	37 420		1 311		3 498	35 233
Títulos e outras aplic.financeiras	327 274					327 274
	2 802 066		752 265		9 080	3 545 251

## AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Prop.ind. e outros direitos	0		21 049	21 049	0
	0		21 049	21 049	0
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e recursos naturais	49 956		48 842	0	98 798
Edifícios e outras construções	2 676 183	3 216 098	1 067 399	0	6 959 680
Equipamento básico	22 324 161		715 162	2 788 555	20 250 768
Equipamento de transporte	4 844 051		340 615	1 288 095	3 896 571
Ferramentas e utensílios	642		12 077	124	12 595
Equipamento administrativo	525 144		56 334	17 717	563 761
	30 420 137	3 216 098	2 240 429	4 094 491	31 782 173

O aumento relativo a reavaliações refere-se à reavaliação extraordinária dos terrenos e edifícios efectuada em 2004 conforme descrito na Nota 12.

O movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros reflecte a aplicação do método de equivalência patrimonial.

### 12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Dec.Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro	Dec.Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
Dec.Lei n.º 219/82, de 2 de Junho	Dec.Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
Dec.Lei n.º 399/G/84, de 28 de Dezembro	Dec.Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
Dec.Lei n.º 118/B/86, de 27 de Maio	Dec.Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a duas reavaliações livres, em 2001 e 2004.

### 13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2004, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
<b>Imobilizações Corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	2 698 237	3 963 646	6 661 883
Edifícios e outras construções	2 232 581	4 967 681	7 200 262
Equipamento básico	2 873 245	92 138	2 965 383
Equipamento de transporte	724 037	49 090	773 127
Ferramentas e utensílios	57 364	0	57 364
Equipamento administrativo	155 593	882	156 475
	8 741 057	9 073 437	17 814 494

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

### 15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004 a Sede da Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Valores de aquisição	Amortizações do exercício acumuladas	Valor contabilístico
Equipamento básico	2 636 678	955 244	1 681 434
Equipamento de transporte	683 641	297 370	386 271

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista os seus bens pelo método financeiro.

#### 16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas do grupo eram as seguintes:

Firma e sede	Fracção de capital detido	Capital próprio	Resultado do Exercício
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Av. <sup>a</sup> . 25 de Setembro, 1123-10 <sup>o</sup> Maputo - Moçambique	85.47%	1 831 290	178 073
Conduril – Engenharia (Angola), Lda. R. Kima Kyenda 2 - IL Luanda - Angola	99%	1 532 869	321 640
Mabalane – Inertes, Lda. Av. <sup>a</sup> . 25 de Setembro, 1123-10 <sup>o</sup> Maputo - Moçambique	55%	-22 768	-34 767
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas,SA Av. Eng. <sup>o</sup> . Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde - Valongo - Portugal	100%	100 000	0

31. Valor global dos compromissos financeiros que não figuram no balanço e compromissos relativos a pensões:

a) Responsabilidade por letras descontadas: o montante de letras descontadas em 31 de Dezembro de 2004 era de 1 458 109 euros.

b) Fundo de pensões: A Empresa aderiu a um Fundo de Pensões de benefício definido a fim de voluntariamente complementar as pensões de reforma concedidas aos seus empregados pela Segurança Social. A responsabilidade não coberta, por serviços passados, no valor de 1 015 980 euros, encontra-se registada na rubrica de Provisões para Outros riscos e encargos (Nota 34).

#### 32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 39 542 777 euros, relacionadas com as empreitadas.

#### 34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Regulariz	Saldo final
19 - Provisão de tesouraria		89 255		89 255
28 - Provisão p/ cobranças duvidosas	222 967	556 772	229 563	550 176
29 - Provisão p/ riscos e encargos		1 028 503		1 028 503
39 - Provisão p/ deprec. de existências				
Materiais de consumo	33 420			33 420

O aumento verificado na rubrica de Provisões para riscos e encargos refere-se à responsabilidade não coberta por serviços passados no valor de 1 015 980 euros tendo sido registado por contrapartida da rubrica de Resultados Transitados (Nota 34) e provisão para investimentos financeiros no valor de 12 523 euros.

A regularização da Provisão p/cobranças duvidosas foi feita por utilização directa da respectiva rubrica.

#### 36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.000.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

### 39. VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE REAVIAÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Impostos diferidos	Saldo final
Reservas de reavaliação					
Dec. Lei nº. 31/98, de 11 de Fevereiro	98 473		11 559	14 401	86 914
Reserva de reavaliação livre - 2001	6 383 332		13 440	1 704 654	5 064 342
Reserva de reavaliação livre - 2004		2 765 575	75 244	746 705	1 530 121
total	6 481 805	2 765 575	100 243	2 465 760	6 681 377

Conforme referido na Nota 2, os montantes relativos aos impostos diferidos são resultantes das reavaliações passadas dos terrenos e edifícios, assim como da reavaliação efectuada em 2004, tendo a empresa optado por reconhecê-los em 2004.

A diminuição no valor de 100 243 euros referentes à parte já realizada, a qual foi transferida para a rubrica de Resultados Transitados (Nota 40).

### 40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio no exercício de 2004 foi:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Capital	10 000 000			10 000 000
52 - Acções próprias				
521 - Valor nominal	-1 000 000			-1 000 000
522 - Descontos e prémios	50 000			50 000
55 - Ajust.part.capital em Emp.Grupo	-296 457	444 096	162 749	-15 109
56 - Reservas de reavaliação	6 481 805	2 765 575	2 566 003	6 681 377
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	785 856	30 000		815 856
574 - Reservas livres	3 545 083	369 333		3 914 415
59 - Resultados Transitados	2 632 085	100 243	848 121	1 884 207
88 - Resultados líquidos	597 333	1 813 988	597 333	1 813 988

Os aumentos registados na rubrica de Reservas de reavaliação referem-se à reavaliação extraordinária de 2004 e às diminuições aos impostos diferidos passivos registados conforme Nota 2 (2 465 760 €), assim como à regularização da parte da reserva realizada para Resultados transitados no valor de 100 243. A diminuição da rubrica de Resultados transitados refere ao ajustamento do fundo de pensões, conforme referido na Nota 2

### 41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício de 2004 foi determinado como segue:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	1 563 610
Compras	11 442 175
Existências finais	1 845 072
Custo no exercício	11 160 713

### 42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2004 é como segue:

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados
Existências finais	1 426 760	634 304
Regularização das existências	82 510	
Existências iniciais	4 528 523	
Aumento / diminuição no exercício	-3 019 253	634 304

Demonstração do custo da prestação de serviços:

Movimentos	Prestação de serviços
Entradas provenientes da produção	49 352 434
Saídas para a produção e imobilizado	2 001 805
Custos das vendas e prestação de serviços	51 354 239

#### 43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício de 2004 foram respectivamente:

Conselho de Administração	-	667 881 €
Fiscalização	-	13 943 €

#### 44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS

As vendas e prestações de serviços em 2004 distribuem-se da seguinte forma:

mercado interno	-	33 931 010 €
mercado externo	-	23 530 589 €

#### 45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
681 - Juros suportados	911 679	1 173 584	781 - Juros obtidos	111 987	431 573
682 - Perdas empresas do grupo	19 122		782 - Ganhos emp.grupo	625 171	47 427
684 - Prov. p/ aplicações .financeiras	91 670		785 - Dif.câmbio favoráveis	641 516	166 105
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	732 977	67 212	786 - Desc. p.p. obtidos	41 642	24 322
686 - Desc. p.p. concedidos	85		788 - Out. prov. e ganhos	83 730	9 837
688 - Outros custos e perdas	407 034	271 220			
Resultados financeiros	-658 522	-832 752			
	1 504 045	679 263		1 504 045	679 263

As diferenças cambiais registadas devem-se essencialmente à sucursal de Angola e à delegação de Moçambique.

Os ganhos em empresas do Grupo decorrem da aplicação do método de equivalência patrimonial às participações na Conduril Engenharia (Angola), Lda. (318.423 euros) e ENOP- Engenharia e Obras Públicas, Lda. (306.747 euros).

A rubrica de Outros custos e perdas financeiras inclui essencialmente comissões com garantias.

#### 46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
691 - Donativos	28 376	250	794 - Ganhos em imobilizações	67 107	74 013
692 - Dívidas incobráveis	9 759		795 - Benef penal.contratuais	1 043	
694 - Perdas em imobilizações	35 041		796 - Redução de provisões	322	
695 - Multas e penalidades	21 853	7 890	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	193 379	43 157
697 - Cor.rel. exercícios anteriores	110 571	71 872			
698 - Outros custos e perdas extraord.		39 584			
Resultados extraordinários	56 250	-2 426			
	261 850	117 170		261 850	117 170

48. Do papel comercial contratado de 5 000 000 de euros, já se utilizaram 5 000 000 euros.



## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2004.

No decurso deste acompanhei a actividade desenvolvida pela Empresa, designadamente através de informações obtidas junto do Conselho de Administração e da leitura das actas das reuniões deste, e obtive toda a informação, esclarecimentos e documentação solicitada.

Os controlos, verificações e análises que realizei confirmam os valores constantes das demonstrações financeiras e permitem afirmar que os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório do Conselho de Administração, são adequados à compreensão da situação da Empresa no fim do exercício e satisfazem o que a lei exige sobre a matéria.

Emiti a certificação legal das contas, a qual se considera fazendo parte deste relatório, e em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas individuais, relativos ao exercício de 2004, apresentados pelo Conselho de Administração, e que a Proposta de aplicação dos resultados está em condições de ser apreciada.

Linda-A-Velha, 21 de Abril de 2005

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

## **CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS**

R.O.C. inscrito com o n.º 78

Rua João Chagas, 159-3-E

Linda-A-Velha

### **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

#### **INTRODUÇÃO**

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 83 487 529 euros e um total de capital próprio de 24 144 734 euros, incluindo um resultado líquido de 1 813 988 euros), as Demonstração dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

#### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - \* a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - \* a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - \* a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - \* a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### **OPINIÃO**

6. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Linda-A-Velha, 21 de Abril de 2005

Crisóstomo Aquino de Barros



# BERNARDES SISMÉIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

### Introdução

1 Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **Conduril – Construtora Duriense, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de 83.487.529 euros e um total de capital próprio de 24.144.734 euros, incluindo um resultado líquido de 1.813.988 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contém distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações

# BERNARDES SÍSMEIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Conduril – Construtora Duriense, SA** em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

8.1 Conforme referido na Nota 2 do Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados, foram alteradas neste exercício as políticas contabilísticas relativas ao Imposto sobre o Rendimento, Reconhecimento de proveitos e custos nos contratos plurianuais e Benefícios de Reforma. Os impactos destas alterações estão apresentados na referida nota e traduziram-se numa diminuição do Capital Próprio e do Resultado Líquido, em 3.539.854 euros e 225.993 euros, respectivamente.

8.2 A informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ter sido objecto de revisão por outro Auditor Externo que sobre ela emitiram um Relatório de Auditoria datado de 12 de Março de 2004, o qual incluía uma reserva que apenas afecta os comparativos com 2003.

Porto, 15 de Abril de 2005

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.  
representada por:

Manuel Heleno Sismeiro, R.O.C.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
E CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e das normas de consolidação de contas, submetemos à apreciação de V.Ex<sup>as</sup>. o Relatório Consolidado de Gestão e Contas Consolidadas relativas ao ano de 2004, apresentado em complemento ao Relatório de Gestão e Contas Individuais.

O exercício de 2004 proporcionou o reforço da componente internacional do Grupo, em execução do plano estratégico orientado nesse sentido. A produção, que cresceu cerca de 18%, atingiu o valor de 59 milhões de euros e proporcionou resultados operacionais de 5.27 milhões de euros, contra 2.03 no ano anterior. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 1.82 milhões de euros, face a 600 mil euros verificados em 2003.

A carteira de encomendas do Grupo ronda os 170 milhões de euros, prevendo-se um bom ano económico de 2005, com reforço da solidez do Grupo, pelo aumento da intensidade e da dispersão geográfica da actividade operacional, favorecido pela qualidade do trabalho que nos esforçamos por preservar em todas as circunstâncias.

Naturalmente, a política de gestão do risco de câmbio associado aos investimentos no estrangeiro vai continuar a merecer-nos um cuidado acompanhamento.

#### ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.

Por incorporação de reservas, o capital social foi duplicado, passando a ser de vinte mil milhões de Meticais. O exercício proporcionou resultados interessantes, com boas perspectivas de crescimento e de maior penetração no mercado de grandes obras, em termos técnicos e económicos.

unid. €	2004	2003
Capital social	779 289	333 016
Capital próprio	1 831 290	1 406 273
Activo líquido	6 266 672	2 759 415
EBITDA	774 982	196 232
Resultado do exercício	178 073	8 453

#### CONDURIL Engenharia (Angola), Lda.

Os resultados do exercício foram bons, com o EBITDA atingir o valor de 1.19 milhões de euros, valor muito superior ao do ano anterior. A Empresa continua a consolidar um papel importante na estratégia do Grupo, com boas perspectivas de crescimento.

unid. €	2004	2003
Capital social	1 502 051	1 626 265
Capital próprio	1 532 869	1 370 620
Activo líquido	1 979 875	1 451 015
EBITDA	1 190 223	211 555
Resultado do exercício	321 640	39 344

MABLANE - Inertes, Lda.

Só no princípio de 2005 puderam ser completamente ultrapassados os constrangimentos impeditivos da normalização da produção, pelo que se espera uma pronta recuperação da Empresa, de acordo com os planos traçados na sua criação.

unid. €	2004	2003
Capital social	9 215	7 876
Capital próprio	-22 768	10 150
Activo líquido	149 277	95 257
EBITDA	-41 727	3537
Resultado do exercício	-34 767	2 274

A actividade directa da empresa mãe, CONDURIL Construtora Duriense, SA, está mais desenvolvida no Relatório de Gestão e Contas individuais.

Ermesinde, 11 de Abril de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

unid. EUR

ACTIVO	2 004		2 003	
	AB	AP	AL	AL
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Propriedade industrial e outros direitos	1 066		1 066	110 992
	<u>1 066</u>		<u>1 066</u>	<u>110 992</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	6 760 681	98 798	6 661 883	6 482 226
Edifícios e outras construções	14 665 112	7 011 070	7 654 042	4 712 286
Equipamento básico	26 529 531	21 541 789	4 987 742	1 653 282
Equipamento de transporte	5 793 867	4 009 302	1 784 565	1 183 776
Ferramentas e utensílios	69 958	12 594	57 364	
Equipamento administrativo	939 157	632 413	306 744	185 396
Outras imobilizações corpóreas	54 451	53 504	947	1 691
Imobilizações em curso	804 656		804 656	1 399 188
	<u>55 617 413</u>	<u>33 359 470</u>	<u>22 257 943</u>	<u>15 617 845</u>
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital em empresas do grupo	3 106		3 106	
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274		327 274	327 274
	<u>330 380</u>		<u>330 380</u>	<u>327 274</u>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Existências</b>				
Matérias primas subs. e consumo	2 261 219	33 420	2 227 799	1 573 961
Produtos e trabalhos em curso	1 524 717		1 524 717	5 022 775
Produtos acabados e intermédios	634 304		634 304	
	<u>4 420 240</u>	<u>33 420</u>	<u>4 386 820</u>	<u>6 596 736</u>
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo</b>				
Clientes c/c	38 980 804	316 772	38 664 032	31 416 484
Clientes c/ retenção de garantias	2 624 547		2 624 547	2 189 869
Clientes duvidosos	550 176	550 176		
Adiantamentos a fornecedores	69 582		69 582	35 196
Estado e outros entes públicos	343 603		343 603	41 555
Outros devedores	1 767 644		1 767 644	8 444 301
	<u>44 336 356</u>	<u>866 948</u>	<u>43 469 408</u>	<u>42 127 405</u>
<b>Títulos negociáveis</b>				
Outros títulos negociáveis	1 008 358	89 255	919 103	
	<u>1 008 358</u>	<u>89 255</u>	<u>919 103</u>	
<b>Depósitos bancários e caixa</b>				
Depósitos bancários	5 491 776		5 491 776	2 860 139
Caixa	29 520		29 520	103 530
	<u>5 521 296</u>		<u>5 521 296</u>	<u>2 963 669</u>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos e proveitos	5 824 737		5 824 737	1 215 739
Custos diferidos	474 546		474 546	142 689
Activos por impostos diferidos	1 254 252		1 254 252	
	<u>7 553 536</u>		<u>7 553 536</u>	<u>1 358 428</u>
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		33 359 470		
TOTAL DE PROVISÕES		989 623		
TOTAL DO ACTIVO	<u>118 788 645</u>	<u>34 349 093</u>	<u>84 439 553</u>	<u>69 102 349</u>

## BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

unid. EUR

### CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004	2003
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
<b>Capital</b>	10 000 000	10 000 000
<b>Acções próprias</b>		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Descontos e prémios	50 000	50 000
<b>Diferenças de consolidação</b>	280 928	280 926
<b>Reservas de reavaliação</b>	7 262 524	6 978 492
<b>Reservas</b>		
Reservas legais	815 856	785 856
Reservas livres	3 914 415	3 545 083
<b>Resultados transitados</b>	1 007 023	1 785 079
	22 330 746	22 425 436
<b>Resultado líquido do exercício</b>	1 813 988	597 333
<b>Total do capital próprio</b>	24 144 734	23 022 769
<b>INTERESSES MINORITÁRIOS</b>	271 169	222 605
<b>PASSIVO</b>		
<b>Provisão para riscos e encargos</b>	1 015 980	
	1 015 980	
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	1 125 000	3 375 000
Fornecedores de imobilizado c/c	1 543 865	
Outros empréstimos obtidos	5 000 000	
Outros credores	239 422	
	7 908 287	3 375 000
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	13 176 863	14 035 538
Fornecedores c/c	13 368 389	16 235 184
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	1 048 036	343 600
Fornecedores - títulos a pagar	711 287	2 221 859
Adiantamentos de clientes	3 701 211	2 083
Outros empréstimos	5 476 107	3 500 000
Fornecedores de imobilizado c/c	872 474	667 834
Estado e outros entes públicos	5 396 956	1 921 991
Outros credores	402 773	659 953
	44 154 096	39 588 042
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	1 048 249	1 200 052
Proveitos diferidos	3 671 591	1 693 881
Passivos por impostos diferidos	222 547	
	6 945 287	2 893 933
<b>Total do passivo</b>	60 023 650	45 856 975
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO</b>	84 439 553	69 102 349

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

unid. Euro

	EXERCÍCIOS			
	2 004		2003	
<b><u>CUSTOS E PERDAS</u></b>				
Custo das mercadorias vendidas e das mat.cons.				
Matérias	11 798 812	11 798 812	8 885 143	8 885 143
Fornecimentos e serviços externos		25 663 877		25 353 279
Custos com o pessoal				
Remunerações	8 143 746		7 737 755	
Encargos sociais				
Pensões	230 772		232 365	
Outros	2 437 267	10 811 785	2 250 579	10 220 699
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	3 116 923		1 544 272	
Provisões	556 772	3 673 695	222 967	1 767 239
Impostos	1 009 454		492 609	
Outros custos operacionais	886 217	1 895 671	1 582 081	2 074 690
(A)		53 843 840		48 301 050
Juros e custos similares				
Outros	2 631 623	2 631 623	1 555 002	1 555 002
(C)		56 475 463		49 856 052
Custos e perdas extraordinários		605 612		119 595
(E)		57 081 076		49 975 647
Imposto s/ rendimento do exercício		2 165 175		540 615
(G)		59 246 251		50 516 262
Interesses minoritários		13 445		2 645
Resultado consolidado líquido do exercício		1 813 988		597 333
		<u>61 073 684</u>		<u>51 116 240</u>
<b><u>PROVEITOS E GANHOS</u></b>				
Vendas				
Produtos	1 848		2 920	
Prestações de serviços	57 528 470	57 530 318	45 728 994	45 731 914
Varição da produção		-2 369 411		793 451
Trabalhos para a própria empresa		2 037 299		514 174
Proveitos suplementares		794 092	493 595	
Outros proveitos operacionais		1 122 464	2 802 220	3 295 815
(B)		59 114 762		50 335 354
Outros juros e proveitos similares				
Outros		1 681 083		660 824
(D)		60 795 845		50 996 178
Proveitos e ganhos extraordinários		277 839		120 062
(F)		<u>61 073 684</u>		<u>51 116 240</u>
<b>RESUMO</b>				
Resultados operacionais	(B) - (A)	5 270 922		2 034 304
Resultados financeiros	(D) - (B) - (C-A)	- 950 540		- 894 178
Resultados correntes	(D) -(C)	4 320 382		1 140 126
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	3 992 608		1 140 593
Res. cons. c/os interesses minorit. do exercício	(F) - (G)	1 827 433		599 978

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS por funções

unid Euro

	Exercício	
	2 004	2 003
Vendas e prestações de serviços	57 530 317	45 731 914
Custo das vendas e das prestações de serviços	51 407 998	43 938 447
<b>Resultados brutos</b>	<b>6 122 319</b>	<b>1 793 467</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	2 375 939	5 403 581
Custos de distribuição		
Custos administrativos	2 205 393	3 081 364
Outros custos e perdas operacionais	1 540 987	2 593 014
<b>Resultados operacionais</b>	<b>4 751 878</b>	<b>1 522 670</b>
Custo líquido de financiamento	895 613	1 316 178
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		8 672
Ganhos (perdas) em outros investimentos	83 680	757 802
Resultados não usuais ou não frequentes	52 662	167 627
<b>Resultados correntes</b>	<b>3 992 607</b>	<b>1 140 593</b>
Impostos sobre os resultados correntes	2 165 175	540 615
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>1 827 432</b>	<b>599 978</b>
Interesses minoritários	13 444	2 645
Resultados extraordinários		
Impostos sobre os resultados extraordinários		
<b>Resultados líquidos</b>	<b>1 813 988</b>	<b>597 333</b>
<b>Resultados por acção</b>	<b>1.01</b>	<b>0.33</b>

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

unid. EUR

	2004		2003	
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Recebido de clientes	50 458 447		43 807 684	
Pago a fornecedores	-41 854 774		-32 228 780	
Pagamentos ao pessoal	-10 811 785		-10 220 699	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	-2 208 112		1 358 205	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-2 165 175		-384 117	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	-2 587 554		2 135 554	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	-6 960 841		3 109 642	
Rec. relacionados c/ rubricas extraordinárias	92 001			
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-85 477		-548 887	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>-6 954 317</b>		<b>2 560 755</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Investimentos financeiros	7 644 477		7 644 476	
Imobilizações corpóreas	41 029		214 447	
Juros e proveitos similares		7 685 506		7 858 923
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Investimentos financeiros			-101 320	
Imobilizações corpóreas	-754 968		-1 561 466	
Imobilizações incorpóreas	0	-754 968	0	-1 662 786
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>6 930 538</b>		<b>6 196 137</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Empréstimos obtidos	12 092 355		2 314 541	
Juros e custos similares	53 271	12 145 626	955 221	3 269 762
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Empréstimos obtidos	-8 223 831		-8 440 565	
Dividendos	-198 000		-198 000	
Juros e custos similares	-1 142 389	-9 564 220	-1 752 441	-10 391 006
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>2 581 406</b>		<b>-7 121 244</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>2 557 627</b>		<b>1 635 648</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2 963 669</b>		<b>1 328 021</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>5 521 296</b>		<b>2 963 669</b>

### ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2004	2003
Numerário	29 520	103 530
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5 491 776	2 860 139
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>5 521 296</b>	<b>2 963 669</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

### NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

### I – Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

#### 1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

Firma e Sede	Fracção de capital detido	Razões de inclusão
Conduril – Construtora Duriense, SA Av <sup>a</sup> Eng Duarte Pacheco, 1835 4445-416 Ermesinde	Empresa Mãe	
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Av <sup>a</sup> 25 de Setembro, 1123 – 10 <sup>o</sup> Apartamento – A Maputo – Moçambique	85,47%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Conduril – Engenharia (ANGOLA), Lda. Rua Kima Kyenda 2-IL Luanda – Angola	99%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Mabalane – Inertes, Lda. Av <sup>a</sup> 25 de Setembro, 1123 – 10 <sup>o</sup> Porta-F Maputo - Moçambique	55%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Conduril – Gestão de Concessão de Infraestruturas, Lda Av <sup>a</sup> Eng <sup>o</sup> Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde	100%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)

#### 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2004, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de:

Sede – 426  
Sucursal de Angola – 75  
Conduril Engenharia (Angola), Lda. – 87  
Delegação de Moçambique – 101  
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. – 102  
Mabalane Inertes, Lda. – 9

## II – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no POC, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

## III – Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação

### 10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio resultante do aumento da participação financeira na ENOP de 60% para 85,47% em 2003, no montante de 280 928 euros, foi registada no capital próprio sob a designação "Diferenças de consolidação". Este valor mantém-se, a 31 de Dezembro de 2004.

## IV – Informações Relativas a Compromissos

### 21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLuíDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

- a) Responsabilidade por letras descontadas: o montante de letras descontadas em 31 de Dezembro de 2004 era de 1 458 109 euros.
- b) Fundo de pensões: o Grupo aderiu a um Fundo de Pensões de benefício definido a fim de voluntariamente complementar as pensões de reforma concedidas aos seus empregados pela Segurança Social. A responsabilidade não coberta, por serviços passados, no valor de 1 015 980 euros, encontra-se registada na rubrica de Provisões para outros riscos e encargos.

### 22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 39 542 777 euros, relacionadas com as empreitadas.

## V – Informações Relativas a Políticas Contabilísticas

### 23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As principais políticas e critérios de contabilidade adoptados na preparação destas demonstrações financeiras, são como segue:

#### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

#### Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica de interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição.

a) Imobilizações incorpóreas: encontram-se registadas ao custo.

b) Imobilizações corpóreas

Os terrenos e edifícios pertencentes do Grupo estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores, tendo durante o exercício de 2004 sido efectuada nova reavaliação dos terrenos e edifícios. O aumento ou diminuição para o valor actual, quando materialmente relevante, é registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Todas as restantes imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na Nota 41 (ver também nota 42).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, e correspondem às taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar nº. 2/90, de 12 de Janeiro.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

e) Existências

Matérias primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Produtos em curso e produtos acabados

O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento, de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente. Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, os custos incorridos ficam registados em Existências – Produtos e trabalhos em curso. Nesses casos, os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Nos exercícios anteriores, o reconhecimento do proveito era efectuado pelo grau de facturação ou pelo grau de acabamento, dos dois o mais baixo (circular da DGCI 5/90).

Os efeitos da aplicação da DC3 foram: em acréscimos de proveitos (4 601 532), em proveitos diferidos (903 617) e em existências (4 318 060).

f) Especialização de exercícios

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira: 1 USD = 18 804.52 Meticais e 1€ = 0.732708 USD.

**VI – Informações Relativas a Determinadas Rubricas**

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

No exercício de 2004, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

**ACTIVO BRUTO**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavali- ações	Aumentos	Transfe- rências	Diminui- ções	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>						
Despesas de instalação						
Prop.industrial e outros direitos	110 992				109 926	1 066
	110 992				109 926	1 066
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
Terrenos e recursos naturais	6 532 183	228 498				6 760 681
Edifícios e outras construções	7 410 803	5 611 945	443 853	1 198 511		14 665 112
Equipamento básico	24 406 988	92 138	5 650 375		3 619 970	26 529 531
Equipamento de transporte	6 104 485	49 091	1 319 625		1 679 334	5 793 867
Ferramentas e utensílios	642		69 441		125	69 958
Equipamento administrativo	738 389		217 938		17 170	939 157
Outras imobiliz. corpóreas	46 537		7 914			54 451
Imobilizações em curso	1 399 188		603 979	-1 198 511		804 656
	46 639 215	5 981 672	8 313 125	0	5 316 599	55 617 413
<b>Investimentos Financeiros</b>						
Partes capital em empresas grupo			3 106			3 106
Títulos e outras aplic.financeiras	327 274					327 274
	327 274		3 106			330 380

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Prop.ind. e outros direitos	0		21 049	21 049	0
	0		21 049	21 049	0
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e recursos naturais	49 956		48 842		98 798
Edifícios e outras construções	2 698 517	3 216 098	1 092 657	-3 798	7 011 070
Equipamento básico	22 753 707		1 373 960	2 585 878	21 541 789
Equipamento de transporte	4 920 710		474 789	1 386 197	4 009 302
Ferramentas e utensílios	642		12 077	125	12 594
Equipamento administrativo	552 993		92 518	13 098	632 413
Outras imobilizações corpóreas	44 847		1 031	-7 626	53 504
	31 021 372	3 216 098	3 095 874	3 973 874	33 359 470

### 36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

mercado interno	-	33 931 010 €
mercado externo	-	23 599 308 €

Segmentos de negócio:

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em 2 segmentos principais – Obras públicas e privadas.

	Obras Públicas		Obras Privadas		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
<b>RÉDITOS</b>						
Vendas e prestação de serviços	53 336 235	38 307 931	4 194 083	7 423 983	57 530 318	45 731 914
<b>RESULTADOS</b>						
Resultados operacionais	5 484 488	1 899 567	-213 567	134 737	5 270 921	2 034 304
Gastos de Juros					-2 631 623	-1 555 002
Proveitos de juros					1 681 083	660 824
Imposto sobre os lucros					-2 165 175	-540 615
Result. de actividades ordinárias					2 155 207	599 511
Resultados extraordinários					-327 773	466
Interesses minoritários					-13 445	-2 645
Resultado líquido					1 813 989	597 332
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						
Activos do segmento	80 719 285	65 989 491	2 135 635	2 785 584	82 854 920	68 775 075
Activos da empresa não imputados					330 380	327 274
Activos totais consolidado					83 185 300	69 102 349
Passivo de segmento	50 582 829	16 956 156	3 345 854	679 517	53 928 683	17 635 673
Passivos da empresa não imputados					3 869 519	28 221 301
Passivos totais consolidados					57 798 202	45 856 974
Dispêndios de capital fixo	7 707 081	2 586 438	606 043	119 041	8 313 124	2 705 479
Depreciações	2 077 097	1 137 874	163 332	52 371	2 240 429	1 190 245

Segmentos geográficos: a Empresa opera em 4 áreas geográficas: Portugal, Angola, Moçambique e Marrocos.

Réditos de vendas e prestação de serviços por mercados geográficos	2004	2003
Portugal	34 809 288	33 289 660
Angola	16 800 304	11 446 277
Moçambique	5 782 296	995 977
Marrocos	138 430	
Total	57 530 318	45 733 917

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por área geográfica:

	Activos líquidos segmentais		Investimentos	
	2004	2003	2004	2003
Portugal	55 711 357	47 358 342	3 923 727	1 122 990
Angola	22 135 189	19 333 328	1 019 222	1 465 569
Moçambique	6 593 006	2 410 679	3 370 176	271 024
Total	84 439 552	69 102 349	8 313 125	2 859 583

### 37. EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA DE BASE FISCAL OU NÃO PREVISTOS NAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO

Como referido nos critérios valorimétricos, Nota 23, o Grupo passou a registar os seus proveitos e as margens decorrentes das obras de carácter plurianual, tendo por base o preconizado na Directriz Contabilística nº 3 – Tratamento contabilístico dos contratos de construção e o parágrafo 5.3.17. do Plano Oficial de Contabilidade, a qual prevê que os produtos e trabalhos em curso sejam valorizados, pelo método da percentagem de acabamento ou, alternativamente, mediante a manutenção dos respectivos custos até ao acabamento. Nos exercícios anteriores, o Grupo registava os seus proveitos e as margens decorrentes das obras de carácter plurianual, tendo por base genérica os critérios protagonizados na Circular 5/90, da Direcção Geral de Impostos, a qual prevê o registo dos proveitos de acordo com a comparação entre os graus de facturação e graus de acabamento, sendo o registo feito na maioria dos casos pelo mais baixo. O efeito desta alteração consubstanciou-se numa diminuição do resultado consolidado líquido do exercício em cerca de 620 145 euros.

### 38. DIFERENÇAS ENTRE IMPOSTOS IMPUTADOS AO EXERCÍCIO OU A EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGOS OU A PAGAR

Em virtude da adopção da Norma Internacional de Contabilidade nº 12 (Revista), no exercício de 2004, o Grupo passou a relevar nas suas demonstrações financeiras, quando relevante para a sua compreensão, os impostos diferidos activos e passivos (Nota 23). Deste modo, independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da empresa e do grupo.

O saldo dos impostos diferidos no grupo Conduril no final de 2004 é o seguinte:

Fundo de Pensões (a)	279 395
Crédito imposto (b)	799 778
Provisões não aceites fiscalmente (c)	175 079
	1 254 252

(a) Estes impostos diferidos activos referem aos impostos registados relativamente à responsabilidade não coberta a 31 de Dezembro de 2004;

(b) Crédito de imposto a deduzir nos próximos exercícios com apuramento de colecta;

(c) O apuramento deste imposto diferido relativamente às provisões surge dado que a Empresa não contará com estas provisões para efeitos fiscais neste exercício mas apenas nos próximos, quando os custos ou despesas efectivas forem evidenciados nas contas da sucursal angolana.

Impostos Diferidos Passivos

Os impostos diferidos passivos referem-se aos efeitos nas amortizações futuras não aceites fiscalmente e decorrentes da reavaliação legal e das diversas reavaliações livres.

#### 39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais pelo desempenho das suas funções no exercício de 2004 foram respectivamente:

Conselho de Administração: 794 146 €

Fiscalização: 13 943 €

#### 41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a reavaliações livres, em 2001 e 2004.

Como referido na Nota 23 b), os terrenos e edifícios foram avaliados ao preço de mercado durante o exercício de 2001, por uma entidade independente, credenciada neste tipo de avaliações. No início de 2004 foi feita nova avaliação pela mesma entidade. O efeito destas reavaliações no valor líquido dos terrenos e do restante imobilizado do Grupo pode ser visto na nota seguinte.

#### 42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2004, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
<b>Imobilizações Corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	2 698 237	3 963 646	6 661 883
Edifícios e outras construções	2 340 595	5 313 447	7 654 042
Equipamento básico	4 650 572	337 170	4 987 742
Equipamentos de transporte	1 735 474	49 091	1 784 565
Ferramentas e utensílios	57 364	0	57 364
Equipamento administrativo	299 929	6 815	306 744
	11 782 171	9 670 169	21 452 340

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

#### 43. COMENTÁRIO ÀS CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CUJO CONTEÚDO NÃO É COMPARÁVEL

Todas as contas são comparáveis com o ano anterior, com excepção das seguintes:

- a) Nos exercícios anteriores a Empresa optou pelo regime transitório previsto na Directriz Contabilística nº 28 relativamente a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da mesma, sendo apenas divulgado o seu montante no Anexo às Demonstrações Financeiras. No entanto, dado que a Empresa deverá aplicar os IAS/IFRS nas suas contas consolidadas já a partir de 2005 (com comparativos a 2004), optou por reflectir esses impostos diferidos activos e passivos nas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o POC do exercício de 2004.

- b) Impostos Diferidos Passivos decorrentes da reavaliação

Foram assim registados no exercício de 2004 os passivos por impostos diferidos resultantes das reavaliações passadas dos terrenos e edifícios, assim como da reavaliação efectuada em 2004.

O impacto gerado pelo registo desses passivos por impostos diferidos foi a 1 de Janeiro de 2004 de: débito de 1 719 055 Euros em Reservas de Reavaliação por contrapartida de Acréscimos e diferimentos – passivos por impostos diferidos (reavaliações anteriores a 1 de Janeiro de 2004) e débito de 746 705 Euros em Reservas de Reavaliação por contrapartida de Acréscimos e diferimentos – passivos por impostos diferidos.

O impacto no resultado do exercício foi de 240 311 euros, sendo o saldo final da rubrica de Acréscimos e Diferimentos de 2 225 429 euros.

- c) Reconhecimento de Proveitos e Custos nos contratos plurianuais

Nos exercícios anteriores, o reconhecimento do proveito era efectuado pelo grau de facturação ou pelo grau de acabamento, dos dois o mais baixo, de acordo com a circular 5/90. A partir deste exercício, o proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente (Nota 23).

O efeito em 2004 desta alteração gerou uma diminuição do resultado líquido em cerca de 620 146 euros, um aumento da rubrica de Acréscimo de Proveitos em 4 601 532, uma diminuição da rubrica de Existências em 4 318 060 e um aumento da rubrica de Proveitos Diferidos em 903 617 euros.

- d) Efeitos da Directriz Contabilística nº 19

O Grupo aplicou também pela primeira vez o preconizado pela Directriz Contabilística nº 19, tendo registado em Resultados Transitados e Provisões para Outros Riscos e encargos o montante relativo às responsabilidades por serviços passados não integralmente cobertas à data de 1 de Janeiro de 2004 no valor de 1 169 822 Euros.

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28 e conforme mencionado anteriormente foram ainda registados em Resultados Transitados e Impostos diferidos activos os impostos diferidos activos relativamente à responsabilidade não coberta no valor de 321 701 Euros.

O impacto do registo dos custos correntes no exercício de 2004 consubstanciou-se num acréscimo do resultado em cerca de 153 842 euros. O total da responsabilidade não coberta a 31 de Dezembro de 2004 e registada na rubrica de Provisões para Outros riscos e encargos ascende a 1 015 980 euros.

#### 44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
681- Juros suportados	911 731	1 173 739	781 - Juros obtidos	122 107	434 867
684 -Prov.p/aplic.financieiras	91 670				
685 - Dif.câmbio desfavoráveis	1 164 546	81 015	785 - Dif.câmbio favoráveis	1 433 605	191 798
686 - Desc.p.p.concedidos	85				
688 - Outros custos e perdas	463 590	300 248	786- Desc.p.pagº obtidos	41 642	24 322
Resultados financeiros	-950 539	-894 178	788 -Outros prov e ganhos	83 729	9 837
	1 681 083	660 824		1 681 083	660 824

#### 45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
691 - Donativos	28 376	250	791 - Restituição de imposto		74 013
692 - Dívias incobáveis	9 756		794 - Ganhos imobilizações		
694 - Perdas em imobilizações	35 041		795 - Benef.penalid.contrat.	67 107	
695 - Multas e penalidades	21 853	7 890	796 - Redução de provisões	1 042	
696 - Aumento amortizações	291 178	71 872	797 - Correc.rel. exerc.anter.	850	
697 - Correc.rel.exerc.anter.	112 888		798 - Outros prov. e ganhos extraordinários	199 181	46 049
698 - Outros custos e perdas extraordinários	106 520	39 584			
Resultados extraordinários	-327 773	466			
	277 839	120 062		277 839	120 062

#### 46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
19 - Provisão de tesouraria		89 255		89 255
28 - Provisão p/cobranças duvidosas	222 967	873 544	229 563	866 948
29 - Provisão p/riscos e encargos		1 028 503		1 028 503
39 - Provisão p/ deprec.existências				
Materiais de consumo	33 420			33 420

O aumento verificado na rubrica de Provisões para riscos e encargos refere-se à responsabilidade não coberta por serviços passados no valor de 1015 980 euros, tendo sido registada por contrapartida da rubrica de Resultados Transitados, e provisões para investimentos financeiros no valor de 12 523 euros.

A regularização da Provisão para cobranças duvidosas foi feita por utilização directa da respectiva rubrica.

#### 47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Sede	Valores de aquisição	Amortizações exercício acumuladas	Valores contabilísticos
Equipamento básico	2 636 678	955 244	1 681 434
Equipamento de transporte	683 641	297 370	386 271

## VII – Outras Informações

### 49. DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas de médio e longo prazo são essencialmente as seguintes:

Fornecedores de imobilizado: 1 543 865 euros, valor referente aos valores em dívida relativamente a contratos de leasing.

Papel Comercial: 5 000 000 euros.

Dívidas a Instituições de Crédito: 1 125 000 euros, correspondente à última tranche de um empréstimo bancário com vencimento em 30 de Março de 2006.

### 50. INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em conformidade com o disposto na D.C. nº 29, não houve quaisquer investimentos de carácter ambiental concluídos e/ou em curso, assim como dispêndios ambientais de carácter corrente imputados durante 2004 e anos anteriores.

- Incentivos públicos recebidos/atribuídos: não foram recebidos quaisquer incentivos;
- Passivos de carácter ambiental incluídos nas contas: não existem;
- Passivos de carácter contingente de carácter ambiental: não existem;
- Despesas com multas e outras penalidades: não foram incorridas despesas materiais desta natureza;
- Despesas extraordinárias de carácter ambiental: não foram incorridas quaisquer despesas extraordinárias.

### 51. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO POR FUNÇÕES

O custo das vendas e prestação de serviços apresentado na demonstração dos resultados por funções foi calculado como segue:

<b>Movimentos</b>	<b>Prestação de serviços</b>
Entradas provenientes da produção	49 370 699
Saídas para a produção e imobilizado	2 037 299
Custos das vendas e prestação de serviços	51 407 998

A Demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com a Directriz Contabilística nº 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do que está definido no Plano Oficial de Contabilidade para a Demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor total de (-327 773) euros, apresentado em resultados extraordinários na Demonstração dos resultados por naturezas, foi reclassificado na Demonstração dos resultados por funções, e na sua totalidade, para resultados correntes



## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre a fiscalização das Contas consolidadas da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2004, as quais me foram submetidas para exame em conjunto com o Relatório consolidado de gestão.

Da verificação das operações de consolidação das contas das empresas englobadas na consolidação concluí que os documentos de prestação de contas consolidadas estão em conformidade com as contas dessas empresas e emiti a respectiva Certificação Legal das Contas, a qual se considera fazendo parte deste relatório.

Em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas consolidadas, relativos ao exercício de 2004, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Linda-A-Velha, 21 de Abril de 2005

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros



## **CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS**

R.O.C. inscrito com o n.º 78  
Rua João Chagas, 159 – 3 – E  
Linda-A-Velha

### **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

#### **INTRODUÇÃO**

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro em 2004 (que evidencia um total de 84 439 552 euros e um total de capital próprio de 24 144 734 euros, incluindo um resultado líquido de 1 813 988 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

#### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - \* a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;
  - \* a verificação das operações de consolidação;
  - \* a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - \* a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - \* a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### **OPINIÃO**

6. Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Linda-A-Velha, 21 de Abril de 2005  
Crisóstomo Aquino de Barros

# BERNARDES SISM EIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

### Introdução

1 Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Conduril – - Construtora Duriense, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de 84.439.553 euros, um total de interesses minoritários de 271.169 euros e um total de capital próprio de 24.144.734 euros, incluindo um resultado líquido de 1.813.988 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contém distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a

# BERNARDES SISEIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Conduril – Construtora Duriense, SA** em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

8.1 Conforme referido na Nota 2 do Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados, foram alteradas neste exercício as políticas contabilísticas relativas ao Imposto sobre o Rendimento, Reconhecimento de proveitos e custos nos contratos plurianuais e Benefícios de Reforma. Os impactos destas alterações estão apresentados na referida nota e traduziram-se numa diminuição do Capital Próprio e do Resultado Líquido, em 3.539.854 euros e 225.993 euros, respectivamente.

8.2 A informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ter sido objecto de revisão por outro Auditor Externo que sobre ela emitiram um Relatório de Auditoria datado de 12 de Março de 2004, o qual incluía uma reserva que apenas afecta os comparativos com 2003.

Porto, 15 de Abril de 2005

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.

representada por:

Manuel Heleno Sismeiro, R.O.C



## ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DE 16.05.2005

Extracto da acta

“ ...

Proponho que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, as Contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2004.

... a qual foi aprovada por unanimidade.

Proponho que a Assembleia Geral aprove o Relatório Consolidado de Gestão, as Contas Consolidadas do exercício e os demais documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2004

... a qual foi aprovada por unanimidade.

Proponho, com base na fundamentação constante do Relatório de Gestão, que o resultado líquido do exercício de 1 183 988 euros tenha a aplicação seguinte:

- a. 360 000 euros, a que correspondem 0.2 euros por acção;
- b. 91 000 euros, para reforço da reserva legal;
- c. 737 817 euros, para reservas livres;
- d. 625 171 euros, para lucros não distribuídos

... a qual foi aprovada por unanimidade.